

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO									
Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.				Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 22,83%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.720.294 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 1.912.702 mil.					
Desempenho: No semestre, o Banco apresentou um lucro de R\$ 158.716 mil, correspondente a R\$ 28.036,74 por ação, sendo que no segundo semestre de 2016 apresentou lucro de R\$ 169.149 mil. Em 30 de junho de 2017, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 773.086,03 com aumento de 3,82% em relação ao semestre anterior.				Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance .					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016		
Circulante		31.224.144	36.383.194	Circulante		26.407.938	31.027.188		
Disponibilidades	5	268.494	977.279	Depósitos	16a	5.246.423	2.647.445		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 e 6	16.080.023	14.395.972	Depósitos à vista		128.806	117.562		
Aplicações no mercado aberto		15.026.563	14.360.378	Depósitos interfinanceiros		1.666.066	1.795.985		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		123.265	35.594	Depósitos a prazo		3.451.551	733.898		
Aplicações em moeda estrangeira		930.195	-	Captações no mercado aberto	16b	6.411.780	5.970.947		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	9.574.415	12.003.286	Carteira própria		1.118.571	654.580		
Carteira própria		3.421.019	3.064.079	Carteira de terceiros		5.158.788	5.204.709		
Vinculados a compromissos de recompra		1.122.714	642.514	Carteira livre movimentação		98.989	63.513		
Vinculados à prestação de garantias		3.517.550	4.125.806	Captação COE		35.432	48.145		
Instrumentos financeiros derivativos		1.513.132	4.170.887	Relações interfinanceiras		7.157	5.086		
Relações interfinanceiras e interdependências		12.268	67.822	Recebimentos e pagamentos a liquidar		7.157	5.086		
Depósitos no Banco Central		12.249	67.805	Relações interdependências		126.684	25.973		
Outros		19	17	Recursos em trânsito de terceiros		126.684	25.973		
Operações de crédito	9	562.032	693.905	Obrigações por empréstimos	17	8.310.206	10.929.079		
Empréstimo de ações		119.437	83.667	Empréstimos no exterior		8.310.206	10.929.079		
Setor privado		443.509	611.154	Instrumentos financeiros derivativos	8	1.822.929	3.682.412		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(914)	(916)	Instrumentos financeiros derivativos		1.822.929	3.682.412		
Outros créditos		4.722.428	8.238.269	Outras obrigações		4.482.759	7.766.246		
Carteira de câmbio	11	4.184.293	7.733.084	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.278	1.363		
Rendas a receber		14.252	22.563	Carteira de câmbio	11	3.822.087	7.035.417		
Negociação e intermediação de valores	10	176.250	340.826	Sociais e estatutárias		10.321	10.645		
Diversos	12a	350.268	146.065	Fiscais e previdenciárias	12b	133.146	18.590		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(2.635)	(4.269)	Negociação e intermediação de valores	10	298.340	445.630		
Outros valores e bens		4.484	6.661	Diversas	12c	217.587	254.601		
Outros valores e bens		-	769	Exigível a longo prazo		4.072.980	4.588.784		
Despesas antecipadas		4.484	5.892	Depósitos	16a	2.084.422	1.539.817		
Realizável a longo prazo		2.378.003	2.124.319	Depósitos a prazo		2.084.422	1.539.817		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	1.051.561	981.716	Instrumentos financeiros derivativos	8	1.297.617	2.356.271		
Vinculados à prestação de garantias		161.062	138.099	Instrumentos financeiros derivativos		1.297.617	2.356.271		
Instrumentos financeiros derivativos		890.499	843.617	Outras obrigações		690.941	692.696		
Operações de crédito	9	267.018	151.823	Fiscais e previdenciárias	12b	393.942	372.478		
Setor privado		268.414	152.987	Diversas	12c	296.999	320.218		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.396)	(1.164)	Resultados de exercícios futuros		1.513	1.297		
Outros créditos		1.059.424	990.743	Patrimônio líquido	20	4.376.440	4.041.541		
Diversos	12a	1.067.605	998.545	Capital social		2.453.981	2.453.981		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(8.181)	(7.802)	De domiciliados no país		9.032	9.032		
Outros valores e bens		-	37	De domiciliados no exterior		2.444.949	2.444.949		
Despesas antecipadas		-	37	Reservas de capital		30.759	27.563		
Permanente		1.256.724	1.151.297	Reservas de lucros		1.734.611	1.349.940		
Investimentos		1.114.061	1.002.160	Lucros acumulados		158.716	215.522		
Participações em controladas no país	13	1.111.889	1.000.796	Ajustes de avaliação patrimonial		3.313	(525)		
Outros investimentos		2.542	1.734	Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)		
Provisão para perdas		(370)	(370)	Total do passivo e patrimônio líquido		34.858.871	39.658.810		
Imobilizado de uso	14	136.936	138.700						
Imóveis de uso		89.352	89.308						
Outras imobilizações de uso		119.981	115.578						
Depreciações acumuladas		(72.397)	(66.186)						
Intangível	15	5.727	10.437						
Outros ativos Intangíveis		5.727	10.437						
Total do ativo		34.858.871	39.658.810						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)										
		Reservas de capital		Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2015.....		2.453.981	24.939	2.072	167.173	1.182.777	(9.083)	-	(10)	3.821.849
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda.....		-	-	-	-	-	8.558	-	-	8.558
Grupamento de ações.....	20	-	-	-	-	(10)	-	-	(4.930)	(4.940)
Atualização de reservas de capital.....		-	-	552	-	-	-	-	-	552
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	-	-	215.522	-	215.522
Em 30 de junho de 2016.....		2.453.981	24.939	2.624	167.173	1.182.767	(525)	215.522	(4.940)	4.041.541
Em 31 de dezembro de 2016.....		2.453.981	24.939	5.013	186.407	1.548.204	1.620	-	(4.940)	4.215.224
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda.....		-	-	-	-	-	1.693	-	-	1.693
Atualização de reservas de capital.....		-	-	807	-	-	-	-	-	807
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	-	-	158.716	-	158.716
Em 30 de junho de 2017.....		2.453.981	24.939	5.820	186.407	1.548.204	3.313	158.716	(4.940)	4.376.440

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017									
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>									
1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco” ou “Instituição”), localizado em São Paulo, está autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 17 de agosto de 2017. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. 3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. (b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria “Títulos para negociação”, relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como <i>hedge</i> , sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, <i>swaps</i> , termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. • Opções: modelo de precificação <i>Black & Scholes</i> e modelos internos, quando o modelo <i>Black & Scholes</i> não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (<i>Credit Valuation Adjustment</i>): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. (c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nºs 2.682 e 4.512 do CMN. (d) Permanente: É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com									

base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. **(i) Passivos contingentes** – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco. **(k) Informações para efeito de comparabilidade:** Foram efetuadas reclassificações na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, dos saldos de Captações no mercado aberto e Depósitos de atividades de financiamento para atividades operacionais. Para fins de comparabilidade foram efetuadas reclassificações nos saldos de 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 264.278. **4. Gerenciamento de riscos e de capital:** O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo) (“Conglomerado”) possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2017, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 17 de agosto de 2017. São Paulo, 17 de agosto de 2017

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO			
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>			
	Nota	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		1.543.684	(1.303.015)
Operações de crédito		110.168	68.109
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.347.031	1.947.156
Resultado de operações de câmbio		33.610	(390.300)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	52.875	(2.927.980)
Despesas da intermediação financeira		(1.149.094)	1.811.280
Operações de captações no mercado		(681.152)	(625.013)
Operações de empréstimos e repasses		(468.420)	2.443.137
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	15.026.563	14.360.378
Posição bancada	9.767.265	9.093.036
Posição financiada.....	5.158.788	5.204.709
Posição vendida	100.510	62.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros	123.265	35.594
Aplicações em moeda estrangeira	930.195	-
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	16.080.023	14.395.972

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2017	Valor de mercado em 2016
Títulos para negociação	8.049.411	11.872	8.061.283	7.654.506
Carteira própria	3.419.587	1.432	3.421.019	3.064.079
LFT	287.204	129	287.333	349.638
LTN	231.629	206	231.835	95.030
NTN-B.....	407.011	2	407.013	41.459
NTN-C	134	-	134	55
NTN-F.....	364.935	695	365.630	583.591
Debêntures	-	-	-	240.222
Notas promissórias.....	137.237	302	137.539	-
Cotas de fundos de investimentos.....	1.984.223	-	1.984.223	1.731.135
Ações.....	7.214	98	7.312	22.949
Vinculados à prestação de garantias	3.508.460	9.090	3.517.550	3.947.913
LFT	1.590.479	2.123	1.592.602	1.589.370
LTN	1.756.863	6.389	1.763.252	1.972.508
NTN-B.....	4.189	(51)	4.138	87.433
NTN-C	3.025	343	3.368	3.505
NTN- F	153.904	286	154.190	295.097
Vinculados a compromissos de recompra	1.121.364	1.350	1.122.714	642.514
LTN	1.083.283	1.406	1.084.689	642.514
NTN-B.....	38.081	(56)	38.025	-
Títulos disponíveis para venda	155.540	5.522	161.062	315.992
Vinculados à prestação de garantias	155.540	5.522	161.062	315.992
LTN	155.540	5.522	161.062	315.992
Total da carteira de TVM.....	8.204.951	17.394	8.222.345	7.970.498

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) 2017	Ativo/(Passivo) 2016
Fundo de investimento - exclusivo	1.981.102	1.717.502
Títulos e Valores Mobiliários.....	2.023.434	1.943.095
Ações.....	104.674	233.443
LTN	2.582.164	994.211
NTN-B.....	-	1.472.398
Credores por empréstimos de ações	(690.018)	(821.386)
Direitos por empréstimos de ações	26.614	64.429
Mercado futuro	(9.835)	548
Futuro – DI.....	49	(68)
Futuro – Dólar.....	-	17
Futuro – índice.....	(9.851)	(622)
Futuro – ISP	(33)	1.221
Swap.....	(43.538)	(36.324)
Swap.....	(43.538)	(36.324)
Opções	(6.519)	(36.013)
Ações.....	44.057	121.809
Ibovespa	(51.697)	(160.025)
Flexíveis.....	1.121	2.203
Diversos.....	17.486	(153.881)
Valores a pagar.....	17.486	(153.881)
Disponibilidades	74	77
Outros fundos	3.121	13.633
Total cotas de fundos de investimento	1.984.223	1.731.135

(c) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	1.991.535	167.486	327.553	426.800	507.645	3.421.019
Vinculados à prestação de garantias	-	260.622	1.926.855	763.450	727.685	3.678.612
Vinculados a compromissos de recompra	-	1.122.714	-	-	-	1.122.714
Total da carteira – 2017	1.991.535	1.550.822	2.254.408	1.190.250	1.235.330	8.222.345
Total da carteira – 2016	1.740.451	358.189	1.645.602	1.888.044	2.338.212	7.970.498

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2017	Valor nominal 2016
Operações de swap.....	767.309	1.197.488	35.343.328	49.199.716
Taxa de juros	281.581	62.263	6.464.911	7.627.554
Moeda.....	353.495	612.373	18.814.681	37.259.621
Outros.....	142.718	522.852	10.063.736	4.312.541
Ajustes prudenciais¹	(10.485)	-	-	-
Operações com opções	241.168	240.603	13.552.387	9.927.410
Compra de opção:	241.168	-	6.770.809	4.899.804
Compra de dólar	131.549	-	3.815.500	2.281.577
Compra de índice de ação	7.144	-	155.822	58.055
Compra de ação	23.165	-	254.852	439.587
Venda de dólar	66.391	-	2.158.661	1.781.642
Venda de índice de ação	3.946	-	122.443	195.907
Venda de ação	9.144	-	263.531	143.036
Ajustes prudenciais¹	(171)	-	-	-
Venda de opção:	-	240.603	6.781.578	5.027.606
Compra de dólar	-	130.673	3.786.629	2.279.397
Compra de índice de ação	-	10.468	158.714	58.055
Compra de ação	-	24.378	227.772	446.872
Venda de dólar	-	66.389	2.186.606	1.790.370
Venda de índice de ação	-	2.659	173.418	315.907
Venda de ação.....	-	6.037	248.439	137.005
Operações com futuros	32.984	27.685	86.980.986	100.372.454
Posição comprada	30.144	2.152	36.371.314	45.967.710
Cupom cambial – DDI	1.446	2.151	7.535.138	6.721.357
DI de 1 dia	26.330	1	25.871.206	30.561.635
Dólar.....	1.537	-	2.338.840	8.684.718
Cupom IPCA	831	-	626.130	-
Posição vendida	2.840	25.533	50.609.672	54.404.744
Selic - OC1	-	-	-	26.252.227
Cupom cambial – DDI	653	1.431	2.383.326	14.349.282
DI de 1 dia	1	24.102	48.188.062	13.482.655
Dólar.....	2.186	-	38.284	75.058
Cupom IPCA.....	-	-	-	245.522
Operações a termo	912.161	912.101	911.940	1.745.374
Posição compra - títulos	457.343	457.122	457.122	876.182
Posição vendida - títulos.....	454.818	454.979	454.818	869.192
Outros derivativos	482.993	770.354	23.871.242	28.295.143
Moedas.....	439.750	730.405	22.995.047	26.619.321
Outros.....	43.538	39.949	876.195	1.675.822
Ajustes prudenciais¹	(295)	-	-	-

¹ Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e de operações de futuros na rubrica de “Negociação e intermediação de valores”. Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2017	Valor de mercado 2016
Ativo.....	2.510.003	(106.372)	2.403.631	5.014.504
Operações de swap.....	915.761	(148.452)	767.309	1.358.938
Operações a termo.....	911.940	221	912.161	1.749.859
Prêmio de opções.....	261.192	(20.024)	241.168	235.652
Outros derivativos.....	421.110	61.883	482.993	1.670.055
Passivo.....	3.056.734	63.812	3.120.546	6.038.683
Operações de swap.....	1.177.308	20.180	1.197.488	2.528.859
Operações a termo.....	911.940	161	912.101	1.748.898
Prêmio de opções.....	264.811	(24.208)	240.603	237.184
Outros derivativos.....	702.675	67.679	770.354	1.523.742

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2017	Total 2016
Operações de swap.....	8.297.714	9.361.106	11.300.662	6.383.846	35.343.328	49.199.716
Operações com opções - Comprada.....	1.941.713	3.779.110	735.356	314.630	6.770.809	4.899.804
Operações com opções - Vendida.....	1.994.047	3.737.545	735.356	314.630	6.781.578	5.027.606
Operações de futuros - Comprada	3.218.738	13.056.609	15.940.633	4.155.334	36.371.314	45.967.710
Operações de futuros - Vendida	10.099.221	25.679.820	12.541.614	2.289.017	50.609.672	54.404.744
Operações a termo - Comprada.....	-	194.498	225.841	36.783	457.122	876.182
Operações a termo - Vendida	-	194.102	218.546	42.170	454.818	869.192
Outros derivativos.....	10.581.272	9.214.928	1.532.531	2.542.511	23.871.242	28.295.143

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2017	Total 2016
Operações de swap.....	14.252.826	21.090.502	35.343.328	49.199.716
Operações com opções - Comprada.....	23.841	6.746.968	6.770.809	4.899.804
Operações com opções - Vendida.....	80.625	6.700.953	6.781.578	5.027.606
Operações de futuros - Comprada	36.371.314	-	36.371.314	45.967.710
Operações de futuros - Vendida	50.609.672	-	50.609.672	54.404.744
Operações a termo - Comprada.....	-	457.122	457.122	876.182
Operações a termo - Vendida.....	-	454.818	454.818	869.192
Outros derivativos.....	-	23.871.242	23.871.242	28.295.143

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2017	Total 2016
Operações de swap.....	-	12.581.703	1.016.579	7.492.219	14.252.827	35.343.328	49.199.716
Operações de opções	147.543	5.852.254	721.687	6.726.438	104.465	13.552.387	9.927.410
Operações de futuros	-	-	-	-	86.980.986	86.980.986	100.372.454
Operações de termo.....	-	-	911.940	-	-	911.940	1.745.374
Outros derivativos.....	22.644	15.530.215	203.244	8.115.139	-	23.871.242	28.295.143

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2017	Resultado líquido 2016
Operações de swap.....	52.875	(2.927.980)
Operações de opções	87.803	(4.916.368)
Operações de futuros	4.703	2.243
Operações a termo.....	(110.318)	255.514
Outros derivativos.....	226	307
	70.461	1.730.324

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 3.678.612 (2016 – R\$ 4.263.905), registradas como vinculados à prestação de garantias.

9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 562.258 (2016 – R\$ 558.494), títulos descontados no montante de R\$ 127.863 (2016 – R\$ 100.851), financiamentos no montante de R\$ 21.802 (2016 – R\$ 104.796) e empréstimos de ações no montante de R\$ 119.437 (2016 – R\$ 83.667) classificados em Operações de crédito, por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 354.548 (2016 – R\$ 1.196.181), classificados em Carteira de câmbio.

(a) Concentração de crédito

	2017	2016
Principal devedor	128.544	385.113
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	11%	19%
Dez maiores devedores	815.306	1.351.000
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	69%	65%

(b) Composição por segmento e setor econômico

	2017				Instituição financeira	Pessoa física
	Comércio	Indústria	Serviços			
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	22.265	310.708	240.454	102.223	-	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	138.001	132.095	106.254	-	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	-	119.437	-	-
Pessoa física – outros	-	-	-	-	-	14.456
Pessoa física – consignado	-	-	-	-	-	15
Total	160.266	442.803	346.708	221.660	14.471	

	2016				Instituição financeira	Pessoa física
	Comércio	Indústria	Rural	Serviços		
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	53.764	219.093	7.134	342.560	1.013	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	-	668.461	-	632.516	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	-	-	83.667	-
Pessoa física – outros	-	-	-	-	-	35.736
Pessoa física – consignado	-	-	-	-	-	45
Total	53.764	887.554	7.134	975.076	84.680	35.781

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	2017		
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	295.098	112.138	268.414
Pessoa jurídica – importação e exportação	312.913	63.437	-
Pessoa jurídica – outros	119.437	-	-
Pessoa física – outros	2.017	12.439	-
Pessoa física – consignado	15	-	-
Total	729.480	188.014	268.414

	2016	
--	------	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Participações em sociedades controladas					
	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total 2017	Total 2016	
Participação no capital integralizado - %.....	100,00	100,00	-	-	
Patrimônio líquido.....	438.650	673.239	1.111.889	1.000.796	
Lucro líquido do semestre.....	40.719	34.935	75.654	77.416	
Resultado de participações em controladas.....	40.719	34.935	75.654	77.416	
Valor contábil do investimento.....	438.650	673.239	1.111.889	1.000.796	

14. Imobilizado de uso: “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.148 (2016 – R\$ 43.105) e terrenos, no valor de R\$ 46.204 (2016 – R\$ 46.204). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 61.355 (2016 – R\$ 56.386), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 35.435 (2016 – R\$ 39.411).

15. Ativos Intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda, no valor de R\$ 3.227 (2016 – R\$ 7.937) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2016 – R\$ 2.500).

16. Depósitos e captações						Instrumentos financeiros derivativos.....				(146.122)	327.230	(1.329.603)	351.920
(a) Depósitos						JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch.....				(8.478)	(4.710)	(86.457)	18.813
						Lawton Multimercado Exclusivo - FI.....				(137.644)	331.940	(1.243.146)	333.107
						Serviços prestados a receber.....				9.053	59.852	19.900	79.843
						JP Morgan Asset Management (Europe)				218	732	173	844
						JP Morgan Chase Bank National Association				2.475	16.081	3.140	24.728
						JP Morgan Securities LLC.....				605	11.117	10.749	33.796
						JP Morgan Securities PLC - Paris Branch.....				87	87	-	-
						J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.....				1.195	5.266	623	1.255
Depósitos à vista.....						128.806	-	-	-	128.806	117.562	-	-
Depósitos interfinanceiros.....						1.666.066	-	-	-	1.666.066	1.795.985	-	-
Depósitos a prazo.....						815.976	2.635.575	691.038	1.393.384	5.535.973	2.273.715	-	-
Total.....						2.610.848	2.635.575	691.038	1.393.384	7.330.845	4.187.262	-	-

(b) Captações no mercado aberto					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Total 2017	Total 2016	
Operações compromissadas carteira própria.....	1.118.571	-	1.118.571	654.580	
Operações compromissadas carteira de terceiros.....	5.158.788	-	5.158.788	5.204.709	
Operações compromissadas carteira livre movimentação.....	98.989	-	98.989	63.513	
Captação COE.....	4.513	30.919	35.432	48.145	
Total.....	6.380.861	30.919	6.411.780	5.970.947	

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 8.310.206 (2016 – R\$ 10.929.079) com vencimentos entre julho de 2017 e fevereiro de 2018 (2016 – vencimento até outubro de 2016). As taxas de juros variam de 0,474% até 1,06% ao ano. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo as determinações do BACEN, em 30 de junho de 2017, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido a variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento líquido de R\$ 1.957. **18. Passivos contingentes e obrigações legais:** As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais					
	Depósitos Judiciais		Provisões		
	2017	2016	2017	2016	
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	787.039	725.146	393.942	372.478	
Cíveis.....	21.596	22.024	121.426	111.053	
Trabalhistas.....	19.813	34.914	40.653	47.846	
Total.....	828.448	782.084	556.021	531.377	

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total em 2017	Total em 2016
Saldo inicial.....	115.508	38.677	383.929	538.114	509.330
Despesas financeiras – juros.....	5.918	995	10.013	16.926	21.136
Constituições.....	-	5.932	-	5.932	1.178
Reversões.....	-	(940)	-	(940)	(56)
Pagamentos.....	-	(4.011)	-	(4.011)	(211)
Saldo final.....	121.426	40.653	393.942	556.021	531.377

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes:** A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 172.812 (2016 – R\$ 149.164); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 117.174 (2016 – R\$ 112.147); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 851 (2016 – R\$ 801); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 34.052 (2016 – R\$ 31.233); e (v) outros casos que totalizam R\$ 9.441 (2016 – R\$ 8.848). **(e) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 135.767 (2016 – R\$ 121.075). **(f) Ações cíveis:** O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. O tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Contudo, não há previsão para a solução final. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 1.552 (2016 – R\$ 3.103). **19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias.....	362.434	258.140
Contingências.....	51.491	54.170
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8.783	12.531
Provisão para honorários advocatícios.....	5.095	5.134
Provisão para participação nos lucros.....	35.964	40.179
Marcação a mercado – TVM e derivativos.....	206.200	78.271
Unidades de ações restritas – RSU.....	51.436	62.088
Outros.....	3.465	5.767
Prejuízos fiscais e base negativa.....	-	28.438
Total de créditos tributários – ativo.....	362.434	286.578
Total de créditos tributários – passivo.....	(2.209)	-

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 181.130 (2016 – R\$ 8.299) sobre diferenças temporárias. Em 2016 foi constituído crédito tributário de R\$ 28.438 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Foi realizado R\$ 81.321 (2016 – R\$ 146.656) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 362.434 é estimada em 18% no 1º ano, 17% do 2º ano ao 3º ano, 13% no 4º ano, 7% do 5º ao 7º ano, 5% do 8º ao 9º ano e 4% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 258.351 (2016 – R\$ 186.465). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 54.380 (2016 – R\$ 126.381). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido a participação nos lucros.....	174.436	320.352
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(78.496)	(144.158)
Resultado de participação em controladas.....	34.044	34.837
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.260)	(5.319)
Compensação ativo fiscal diferido.....	50.224	-
Efeito CSLL (5%).....	(22.259)	8.830
Outros.....	2.027	980
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	62.776	39.328
Resultado de IRPJ e CSLL no semestre.....	(15.720)	(104.830)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 5.661 (2016 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2016 – 5.470) ordinárias e 191 (2016 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em 29 de janeiro de 2016, os acionistas do Banco, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais em uma proporção de 10.000 ações existentes para 1 ação da mesma espécie, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Em 3 de fevereiro de 2016, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicá-los sobre os procedimentos a serem adotados e o tratamento a ser destinado às frações de ações resultantes do grupamento, bem como o prazo para ajuste de posição acionária. Este evento tornou-se efetivo em 3 de abril de 2016 e foi aprovado pelo BACEN em 20 de maio de 2016. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2017



pwc PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2017, destacam-se: **a.** a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; **b.** a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o

processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.